

REPENSAR A HISTÓRIA DO TRABALHO.

Sílvia Petersen¹

Resumo: O texto propõe repensar alguns aspectos da História do Trabalho, para perceber desvios que vão se naturalizando na pesquisa e no ensino e para descobrir ângulos que não tinham sido problematizados. Inicia com a reflexão sobre as relações entre História do Trabalho e História Social, constituindo às vezes uma “História Social do Trabalho”, abordando na sequência os seguintes pontos: importância político-social, ética e ontológica do trabalho nas sociedades humanas; relação das memórias do trabalho com a História; a sazonalidade do uso das fontes para este objeto; a necessidade de trabalhos de avaliação do “estado da arte” e de bibliografias comentadas sobre a História Social do Trabalho, concluindo com a reflexão sobre a relação entre esta e o ensino médio.

Palavras-chave: História do Trabalho, História Social, História Social do Trabalho

RETHINK LABOR HISTORY

Abstract: The text proposes rethink some aspects of labor history, to find deviations in research and teaching and angles that were not problematized. Begins with the study of the links between Labour History and Social History, that establish sometimes a "Labor Social History" to broach in sequence the following topics: political, social, ethical and ontological importance of work in human societies; links of working memories with history; the seasonality of use of sources for this purpose; the need for evaluation of the "state of the art" and annotated bibliographies on Labor Social History concluding with a reflection on the relationship between this and high school.

Keywords: Labor History; Social History; Labor Social History.

Este artigo originalmente foi apresentado como uma conferência na IIª Jornada de História do Trabalho na Amazônia, promovida pelo Grupo de

¹Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1963), mestrado em Estudos Latinoamericanos de História - Universidad Nacional Autonoma de Mexico (1977) e doutorado em Estudos Latinoamericanos - Universidad Nacional Autonoma de Mexico (1983). Realizou pós-doutorado na EHESS em 1991.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Trabalho “Mundos do Trabalho” da ANPUH/AM na Universidade Federal do Amazonas em dezembro de 2015.

O título da conferência, “REPENSAR A HISTÓRIA DO TRABALHO”, foi sugerido pela organização daquele evento e tentei então selecionar alguns ângulos, já que “repensar” é uma prática que deve ser permanente e comum a todos os historiadores, seja qual for seu campo de interesse. Sem isso, o conhecimento histórico seria como na historiografia tradicional, algo estabelecido de uma vez para sempre, ao contrário de uma permanente construção que tem por objetivo ampliar nosso entendimento da matéria histórica através de novas perguntas e pesquisas.

Não é demais lembrar, no entanto, que atitude de “repensar” tem um forte componente subjetivo daquele que realiza este propósito. Ou seja, se outra fosse a autora, provavelmente outros seriam os aspectos aqui apontados.

Para antecipar a estrutura deste texto, ele se concentrará em seis pontos que, a meu ver, constituem uma apreciável agenda de trabalho à espera de nosso empenho:

- 1- Em que consiste a relação entre História do Trabalho e História Social, constituindo isso que às vezes mecanicamente denominamos “História Social do Trabalho”;
- 2- A problemática da importância político-social, ética e ontológica do trabalho nas sociedades humanas;
- 3- A relação das memórias do trabalho com a História;
- 4- A sazonalidade do uso das fontes para a História Social do Trabalho;

5- A necessidade da produção de trabalhos de avaliação do “estado da arte”, de instrumentos de referência e bibliografias comentadas sobre a História Social do Trabalho;

6- O ensino médio e a História Social do Trabalho.

1- Embora não proponha uma hierarquia entre estes pontos, vou iniciar pela **relação entre história do trabalho e história social**.

Esta relação, que constitui isso que chamamos História Social do Trabalho, não necessariamente significa uma transformação qualitativa em relação à história tradicional do trabalho (ou seja, uma perspectiva descritiva, economicista, privilegiando greves, sindicatos, partidos e lideranças). Vejamos então em que consiste esta questão, que se desdobra em várias outras e porque razão, no meu entender, deve ser repensada, melhor definida e aprofundada.

[A] O primeiro ângulo é sobre uma certa ambiguidade da História Social, que se transmite à História Social do Trabalho. O surgimento da História Social como uma nova perspectiva de análise está ligado à insatisfação de muitos historiadores do século XIX com a história rankeana e sua ênfase na política e nos grandes homens. Um dos críticos mais veementes desse tipo de história foi o alemão Karl Lamprecht, que já então clamava por uma “história coletiva”. Suas críticas fracassaram, mas prosseguiram em outros países, como nos Estados Unidos e França. Na França, nos anos 20 é conhecido o movimento dos *Annales* conduzido por Marc Bloch e Lucien Febvre contra a História Política e assumindo a concepção de que tudo é História, nela incluídas as camadas populares. Nos anos 60, foi a vez dos historiadores marxistas britânicos entre os quais Edward Thompson, Eric Hobsbawm e Raphael Samuel fazerem avançar esta perspectiva de análise histórica que, no seu perfil mais definido, incorpora entre outras: as perspectivas da história de baixo para cima; o contexto e da

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

totalidade como um todo significativo e articulado; a cientificidade do conhecimento sem perder de vista as relações entre sujeito e estrutura, teórico e empírico, a ruptura com as aparências com que a realidade se oferece ao observador e a perspectiva do tempo como um processo.

Este percurso, que envolveu muitos historiadores, abordagens, solos teóricos e historiográficos em que a História Social cresceu -e que aqui simplifiquei de modo tão radical² - explica o fato de que a ela possua ambiguidades e diferentes entendimentos, o que facilita que a denominação “História Social” possa ser estendida um tanto superficialmente a análises que, a rigor, não possuem as suas referências. Se observamos, parece que em muitos casos há uma espécie de apropriação de “História Social” mais como um rótulo do que como uma perspectiva de análise. Para isto, basta ver quantos PPG's em História possuem como área de concentração “História Social” e quão pouco esta denominação é uma diretiva para a organização de suas linhas de pesquisa, currículos, teses e dissertações.³

A perspectiva abrangente da História Social e suas raízes na história da gente comum, daqueles que aparentemente estavam à margem dos acontecimentos, tornam fácil entender que dela se aproximassem os historiadores do trabalho, constituindo a História Social do Trabalho. Apesar desta haver recebido uma inegável influência das perspectivas temáticas, teóricas e analíticas da História Social, há também ambiguidades quando se pretende definir o que é, afinal, uma História Social do Trabalho. Exemplos desta dificuldade são visíveis se examinamos muitos dos artigos publicados ou apresentações em eventos que trazem no seu título a expressão “História Social do Trabalho”, mas a rigor não ultrapassam o perfil de uma história

² Para aprofundar estas questões sobre a História Social, ver: CASANOVA, Julian. *La historia social y los historiadores*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1997. KOCKA. Jürgen, Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*. Fall 2003. Find Article. 09 Feb. 2007; MOREYRA, Beatriz. El revival de la historia social en la primera década del siglo XXI: retorno o reconfiguración? IN: *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 15, ago. 2014.

³ Em pesquisa de 2011, identifiquei 53 programas de pós-graduação em História dos quais 30 com área de concentração e/ou linhas de pesquisa “amistosas” à abordagem da História Social. Não atualizei esses dados, mas não há razões para pensar que eles tenham se modificado expressivamente.

tradicional do trabalho. Ou seja, nem tudo o que se denomina História Social ou História Social do Trabalho consegue se diferenciar da história tradicional.

[B] A ambiguidade sobre o que é a História Social às vezes leva a entender a História do Trabalho como uma “especialidade” da História Social, como seriam a história social da família, a história social da cultura, etc. Por isso é bom lembrar que a denominação História Social já foi questionada por Hobsbawm, com o argumento de que os aspectos sociais da vida humana, as relações/ associações que as pessoas estabelecem entre si não podem ser separados, por exemplo, de como elas conquistam seu ambiente material, exercem o poder, produzem instituições e estruturas duradouras, representam simbolicamente sua vida, constroem sua intercomunicabilidade etc. Todos estes âmbitos estão inscritos no social e se interligam. Por isto, Hobsbawm considera mais correto falar em história *da sociedade* do que em história social. No entanto esta segunda denominação se difundiu, pois originalmente, através dela, se pretendeu caracterizar a história não-rankeana, não limitada aos aspectos políticos. O título do conhecido artigo de Hobsbawm “*Da história social à história da sociedade*” expressa a necessidade de que não se faça da História Social uma especialidade, um ramo particular da História, mas uma história total e voltada para a síntese, como uma macro-história, tendo por perspectiva toda a história da sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento. Apesar da advertência de Hobsbawm e devido também às tendências parceladoras, centrífugas, que assaltaram nas últimas décadas o conhecimento histórico, ainda é comum que a História Social apareça como uma *especialidade* tal como história econômica, história política, história cultural, história da mulher, etc. Mas a História Social não é um tipo particular de história: é uma perspectiva analítica que deveria estar presente em todo o tipo de história.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

[C] É difícil enfrentar esse problema, pois em geral quanto mais especializada for a temática, mais verticalizada for sua abordagem, mais complicado se torna atender ao que preconiza a História Social: a construção de um todo social significativo e hierarquicamente articulado que lhe dê sentido para além da superficialidade da visão imediata sobre um determinado tema, que a mera descrição não consegue ultrapassar.

Mesmo com o aprofundamento e extensão temática e teórica que a História Social vem experimentando (e excluindo as teses e dissertações que, por sua própria finalidade, são em geral trabalhos mais densos e com articulações mais explícitas), os artigos, comunicações em eventos etc., que são os trabalhos mais numerosos, tratam muitas vezes de temas pontuais, micrológicos, nos quais a preocupação com o todo explicativo, com o contexto sócio-político que lhes dão sentido -e que é uma característica da História Social- está praticamente ausente. Basta percorrer os títulos desses trabalhos para constatar como boa parte deles trata de aspectos muito específicos de uma determinada temática e dificilmente dialoga com seu contexto ou ao menos aponta suas possíveis conexões com temas afins que circulam na bibliografia, desconhecendo o princípio básico da História Social, que é sua perspectiva totalizante de análise.

Também novos temas que emergem de análises mais aprofundadas acabam ganhando a centralidade na pesquisa e parecem se constituir em outros objetos, que de certa forma se descolam da História Social do Trabalho em vez de alargá-la. É o caso, por exemplo, da discussão de outras identidades que não a de classe. A constatação de que nossa historiografia tradicionalmente tem sido racista e sexista tem levado cada vez mais os pesquisadores a se voltar para o exame da identidade étnica ou de gênero dos trabalhadores. Mas na prática, muitas vezes a análise tende a priorizar estas identidades mais que a operária. Ou seja, mesmo sem perceber, a análise se debruça mais nesses temas do que no problema propriamente dito: que os sujeitos operários, como outros sujeitos, constroem identidades

múltiplas e que o conhecimento deste fato é o que interessa à História Social do Trabalho e não a descrição isolada de cada uma delas.

Outro exemplo poderia ser o uso dos processos judiciais, especialmente os da Justiça do Trabalho, que hoje constituem uma fonte muito consultada pelos pesquisadores da História Social do Trabalho. No entanto, muitas vezes o que se observa é que o pesquisador faz uma descrição densa desse material empírico, relata detalhadamente as marchas e contramarchas do documento, mas seu entusiasmo descritivo acaba desconectando o caso do contexto sócio-político da sua produção, afastando-se assim dos serviços analíticos que a História Social pode oferecer à História do Trabalho. A possibilidade de uma análise do significado desses processos é o que leva ao entendimento da problemática mais ampla e nem sempre explicita como, por exemplo, o uso que acusado faz da lei em seu proveito, demonstrando que ela é um caminho de mão dupla.

Então volto a afirmar que, no meu entender, esta relação às vezes ambígua da História Social com a História do Trabalho é uma questão fundamental, básica, que merece ser repensada pelo historiador, para que a História do Trabalho seja uma autêntica História Social do Trabalho, com todas as decorrências analíticas que lhe correspondem e não se pulverize em uma multiplicidade de abordagens monográficas de temas que permanecem isolados e que perdem então suas virtualidades explicativas. Assim, é preciso ter presente as palavras de Hobsbawm:

[...] as novas perspectivas para a história também devem nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja cabalmente realizável: “a história total”. Não “a história de tudo”, mas a história como uma tela indivisível onde todas as atividades humanas estão interconectadas.⁴

Não se trata de desconhecer a importância das abordagens específicas, dos estudos de caso, pois eles fazem avançar o conhecimento

⁴HOBSBAWM, Eric. O desafio da razão. Manifesto para a renovação da história. RBSE. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. UFPB, v. 8. n. 23. Agosto 2009.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

sobre uma problemática que, na perspectiva mais ampla, esconde muitas variáveis e peculiaridades. O problema está em reduzir a História Social do Trabalho a este tipo de abordagem, que não consegue perceber a relação do caso isolado com o processo mais geral, ou seja, articular a parte com o todo.

[D] Por outro lado, também é certo que tem havido avanços no sentido das relações entre a História Social e a História do Trabalho, por exemplo:

- Apesar das dificuldades de articular a parte com o todo também é cada vez mais frequente o resgate da *importância explicativa do contexto*, sem o que o caso individual não pode fazer-se historicamente significativo.⁵

- Também aumenta a percepção de que a História Social do Trabalho, para não ser um enfoque parcelador do acontecer histórico deve incluir, na boa tradição da História Social, a presença dos *vínculos de causalidade* como indicadores de nexos para a explicação da realidade social.⁶

-A recusa do parcial nos estudos monográficos da História Social do Trabalho também vem se manifestando através do empenho em *desenvolver análises comparativas e integrar as escalas locais com outras mais amplas* que lhe dão sentido, como é o caso da história nacional e transnacional.

- Nesse particular -o do caráter parcelador dos estudos monográficos- acho que uma das questões que vem sendo repensada e que se mostra absolutamente necessária no caso brasileiro é *a relação entre as dimensões locais, estaduais e nacionais da História Social do Trabalho*.⁷ Até pouco tempo, ela era produzida quase exclusivamente pelo e sobre o eixo Rio- São Paulo, que se inegavelmente tem sido o centro política e economicamente dominante no Brasil, não pode dar conta da diversidade e especificidades desse processo em um país de dimensões continentais como o nosso. A História do Trabalho em São Paulo e Rio de Janeiro era assumida como a história do trabalho no Brasil, praticamente sem referência ao que ocorria

⁵ MOREYRA, Beatriz. El revival de la historia social en la primera década del siglo XXI: retorno o reconfiguración. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, 2014. p. 8.

⁶ Idem, ibidem, p.9.

⁷ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. IN: ARAUJO, Ângela. *Trabalho, cultura e cidadania*. S. Paulo, Scritta, 1997.

em outros estados da Federação. Ou seja, histórias que eram também casos estaduais, locais ou regionais - como quiserem- eram assumidas como nacionais.

Mas era difícil romper com essa visão erroneamente homogeneizadora quando não havia uma produção referente a outros estados, fato este que vem sendo nas últimas décadas profundamente transformado, graças sobretudo à pesquisa que se desenvolve nos cursos de Pós-Graduação que foram sendo criados em todo o Brasil, com suas importantes decorrências teórico-metodológicas e temáticas. Não é preciso repetir o que se pode perceber facilmente e que Cesar Queirós resumiu assim na *Revista Litteris*:

A história do movimento operário se alargou de tal forma que permitiu uma infinidade de articulações não cabendo mais uma análise somente do militantismo operário e de suas organizações. Percebeu-se um significativo alargamento cronológico dos estudos sobre essa temática, no qual se passou a dialogar com outros períodos antes esquecidos – colônia e império e mesmo o período pós-30. A articulação entre trabalho livre e trabalho escravo ganhou uma nova dimensão, assim como a questão indígena. Os “marcos” que determinavam as já tradicionais rupturas foram sendo superados e a discussão em torno da questão da emancipação e da pós-abolição emergiu de forma vigorosa. Do mesmo modo, as relações entre gênero e trabalho ganharam uma nova dimensão.⁸

Um exemplo disso é a produção acadêmica que hoje se desenvolve na Amazônia e que é capaz de sustentar um Grupo de Trabalho sobre este tema e produzir a segunda edição de um Seminário como aquele que deu origem ao presente artigo.

Considerando que a referida conferência foi realizada na Universidade Federal do Amazonas, priorizei a produção local e realizei um breve e talvez incompleto levantamento de títulos sobre o tema da História Social do Trabalho nas dissertações defendidas na UFAM, nas comunicações

⁸ QUEIRÓS, Cesar Augusto B. (Org.). Dossiê História Social do Trabalho na Amazônia. *REVISTA LITTERIS*. Manaus, v. 1, n. 14, set. 2014.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

apresentadas nos três últimos Simpósios Nacionais da ANPUH, nas comunicações apresentadas na 1ª Jornada de História do Trabalho na Amazônia, em algumas Revistas especializadas em História Social do Trabalho e outras revistas. Assim, se observamos apenas a produção do PPG em História da UFAM, conforme a página virtual do Programa e salvo algum erro de minha parte, verifica-se que de 2008 até 2015 - ou seja, em um período recente e de poucos anos - foram defendidas 16 dissertações sobre diferentes temas da História Social do Trabalho, cujo *recorte cronológico* abrange de 1850 a 2015, tendo a *delimitação espacial* referida a: Manaus (6 dissertações), Amazonas (6), Roraima (3), Amazônia (1). Quanto aos *temas*, há também um leque muito amplo, que abrange, por exemplo: trabalho infantil e feminino (3); escravidão e abolição (3); migrações e extrativismo (3); imprensa operária (1), ofícios manuais (1), greves (1) mestiçagem entre trabalhadores (1), patronato (1), caixeiros (1), trabalhadores rurais (1).⁹

No mesmo sentido, é sintomático o bom número (10) de comunicações sobre a História do Trabalho na Amazônia apresentadas nos três simpósios temáticos realizados no XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH, em

⁹ Dissertações em história sobre o tema do trabalho defendidas no PPG em História da UFAM: TELES, Luciano. A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho (1920). 2008; AVELINO, Alexandre. O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). 2008; PESSOA, Alba. Infância e trabalho. Dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). 2010 (org.: M. Luiza Ugarte Pinheiro); SANTOS, M. José dos. Em busca da terra: migração, organização e resistência na política de colonização do Sudeste de Roraima (1970-1990). 2010; CAMPOS, Luciana. Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). 2010; SANTIAGO, M Cecilia. Clandestino e mobilização nas linhas de montagem: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985 em Manaus. 2010; LAGE, Mônica. Mulher e seringal. Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920). 2010; BARAÚNA, Silvia. Condições sociais de migrantes em Manaus (1920-1945). 2010; SALORTE, Luciane. Carpinteiros dos rios: o saber da construção naval no município de Novo Airão/AM. 2010; POZZA NETO, Provino. Ave Libertas. Ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. 2011; ABREU, Inahiny. “Nascidos no Grêmio da Sociedade”: racionalização e mestiçagem entre trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889). 2012. LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas. 2013. (org.: Luis Balkar Pinheiro.); CAVALCANTE, Ygor. Uma viva e permanente ameaça: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas provincial. 2013; MOURA, Kleber. Caixeiros: organizações e vivências em Manaus, 1906-1939. 2014; SILVA NETO, Manoel. Em busca da “terra prometida”. O cotidiano e a memória de trabalhadores rurais do projeto Jatapu (1970- 2014). 2014; ARCHANJO, Elaine. Oriximina terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista. (1980-2013). 2015.

Florianópolis em 2015, nos três simpósios temáticos do XXVII Simpósio, realizado em Natal em 2013 e nas comunicações apresentadas no XXVI Simpósio, em São Paulo em 2011.

É preciso esclarecer que minha pesquisa se baseou apenas no que os títulos pareciam indicar, o que significa que outras comunicações poderiam ser agregadas a esta lista se houvesse mais elementos para explicitar seu conteúdo. De qualquer forma, estes trabalhos são outra indicação do crescimento da produção sobre a História do Trabalho na Amazônia e mesmo um breve levantamento nos deixa perceber não só a existência de inúmeras temáticas específicas, locais, (como o trabalho extrativista nos seringais ou a mão de obra dos migrantes), como a existência de manifestações locais de temas se repetem em outros estados do Brasil (como o trabalho infantil e feminino, a imprensa operária, escravidão e pós-emancipação etc.). Isto demonstra tanto a impossibilidade e o equívoco de homogeneizar a História Social do Trabalho no Brasil, como desconhecer os aspectos e processos nacionais ou mesmo internacionais dessa história.

Enfim, para voltar ao que apontei acima, considero indispensável - agora que o acúmulo de pesquisas já oferece elementos para isto- que se repense e retome mais decididamente uma perspectiva que articule o local e o geral, para que se possa construir uma efetiva História Social do Trabalho *no Brasil*.

Talvez uma tarefa que possa ser capitaneada pelos Grupos “Mundos do Trabalho” seja a de promover grupos interestaduais de pesquisa que resgatem o que tem sido publicado no âmbito estadual e, se possível, também municipal sobre um determinado tema, inicialmente talvez aqueles que apareçam como mais recorrentes na produção historiográfica e tentar, selecionando o mais relevante do referido material, fazer uma leitura “nacional” de uma determinada problemática. Por exemplo, as greves de 1917, a imprensa operária, a circulação de militantes, etc., etc. Acho que seriam exercícios muito proveitosos para a construção de uma História Social

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

do Trabalho se fossem resgatados os aspectos recorrentes de um determinado processo e se apontasse algumas de suas especificidades estaduais, regionais ou municipais. É claro que este trabalho teria os problemas, lacunas ou incompletudes próprias das propostas pioneiras, mas acho que seria um caminho muito importante e enriquecedor da História Social do Trabalho no Brasil pelo que apresentaria de novos temas a discutir, antigas questões a revisar, enfim, aquilo que no âmbito do particular não aparece ou aparece distorcido e que no âmbito do geral encobre particularidades.

Enfim, essa longa exposição sobre vários ângulos das *relações entre a História do Trabalho e a História Social* revela uma História Social do Trabalho ora muito distanciada das perspectivas analíticas oferecidas pela História Social, ora incorporando-as efetivamente.

Por isso, concluo esse primeiro ponto afirmando que me parece necessário repensar e aprofundar as relações da História do Trabalho com a História Social para superar as ambiguidades e desenvolver as virtualidades desse encontro.

2- A problemática da importância político-social, ética e ontológica do trabalho nas sociedades humanas

Um outro ponto a repensar na História Social do Trabalho é a necessidade do enlace das temáticas específicas que são objeto de pesquisa -independente de qual seja esta temática- com a questão do caráter fundante do trabalho nas relações sociais e na construção identitária dos indivíduos e, por consequência, a centralidade do trabalho e sua importância como categoria analítica¹⁰.

¹⁰ Sobre *TRABALHO* ver, por exemplo, o verbete escrito por Elida Rubini Liedke em: CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de trabalho e tecnologia*. P. Alegre, Editora da UFRGS, 2006. p. 319-324.

O trabalho não é apenas mais um tema “disponível” para a pesquisa histórica, mas tem uma profunda dimensão social, ontológica e ética que não pode ser desconhecida e, ao contrário, precisa ser reafirmada diante da evidência da submissão do trabalho ao capital e da presença das teses atuais que propugnam a perda dessa centralidade. Nesse debate se situam as análises sobre as transformações ocorridas no trabalho e suas implicações sociais, o que nos leva a refletir sobre aspectos e processos, tais como precarização, individualização das relações de trabalho, insegurança e vulnerabilidade.

Apesar de sua importância, esta questão parece ainda não ter chegado -salvo em poucos casos- à pesquisa histórica. Tenho a impressão de que nossas pesquisas estão tão preocupadas com os temas específicos a que nos dedicamos, que nele concentramos todos nossos esforços empíricos e teóricos de pesquisa e de análise e, nesse sentido de alguma maneira a categoria *trabalho* fica excluída, dada por conhecida ou apenas subentendida. Ou seja, o *trabalho* dificilmente aparece de modo explícito como intrínseco à gênese e história da vida do homem em sociedade.

Por curiosidade, coloquei no *Google* a seguinte pergunta: *Porque é importante estudar o tema do trabalho?* Encontrei dezenas de referências sobre o porquê de se estudar latim, arte, eletrônica, língua portuguesa, inglês, história, o solo, o estudo, a arte popular, a Bíblia, o ENEM, administração, cidadania, etc. Às vezes, em vez da resposta ao “porquê, se respondia com o “como estudar”. Quanto ao *trabalho*, nenhuma das respostas se referia especialmente a ele, embora várias delas instruísem sobre o que era o trabalho de grupo, o trabalho de pesquisa etc. e como realizá-lo...

Talvez esse seja o momento do historiador incorporar à sua pesquisa uma referência que parece estar esquecida e que a meu ver é uma lacuna que necessita ser repensada. Tudo isso nos leva ao fato de que o próprio conceito trabalho tem que ser mais decisivamente problematizado e incluído

na nossa produção científica, ou estaremos excluindo ou ao menos deixando encoberto o que, afinal, é o elemento que a justifica.

3- A relação das memórias do trabalho com a história

Atualmente se verifica uma forte tendência em trabalhar com a temática da memória e história oral na historiografia em geral e na História Social do Trabalho em particular. Por isto sugiro que se repense este terceiro ponto, que às vezes implica um desvio. Não cabe aqui discorrer sobre a emergência destes temas, frequentemente ligados, e para perceber sua presença basta observar a farta bibliografia publicada, livros e artigos ou as comunicações apresentadas em simpósios, congressos e outros foros do mesmo tipo. Como exemplo, tomo apenas os dados do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH de 2015 que registram, dentro dos simpósios temáticos sobre os “Mundos do Trabalho, 10 comunicações que trazem “memória” em seu título.

A memória tem constituído uma fonte insubstituível especialmente para a História Social do Trabalho dos anos recentes, onde ainda é possível recorrer a testemunhos de contemporâneos dos acontecimentos com o recurso da história oral. Porém acho que deve ser mais observado e repensado o fato de que memória não é História: é uma fonte para a História e que a História Oral não é uma entrevista qualquer, mas tem uma metodologia bastante sofisticada e rigorosa para sua realização. As palavras de Phillipe Joutard são diretas e esclarecedoras e as cito:

[...] Ambas [história e memória] tem em comum a representação do que foi e não é mais. Contudo, a ligação delas com o passado se faz de maneira distinta.

A memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, vis to que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos. [...]. Mas, sem paradoxo algum, o que se faz constitutivo da memória é o “esquecimento”. A memória é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns fatos. [...] A memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar este passado. Ela se define ainda pela capacidade de recorrer ao simbólico e

por sua aptidão para criar mitos, que não são visões falsas da realidade, mas uma outra maneira de descrever o real [...]

.....
A história, já de saída, instaura uma distância; na grande maioria dos casos, o historiador não viveu o passado que descreve, a ligação afetiva e pessoal não é espontânea, mesmo que o assunto estudado pelo historiador tenha alguma relação com sua própria história. Mas, sobretudo, sua atitude em relação ao estudo o obriga a adotar um distanciamento. Para recuperar a etimologia grega, a história é uma “investigação”. O historiador deve combater o esquecimento e não pode se permitir negligenciar os fatos importantes, mesmo se ele os hierarquiza e os classifica. Ele deve utilizar todas as fontes. [...] Memória e história são, assim, duas vias de acesso ao passado paralelas e obedientes a duas lógicas distintas.¹¹

Sobre as relações da memória com a História, também é muito esclarecedor o texto de Eric Hobsbawm “Não basta a história de identidade”, publicado em seu livro *Sobre História*.¹²

Assim, no entusiasmo legítimo de construir um conhecimento histórico mais próximo dos protagonistas, especialmente aqueles trabalhadores homens e mulheres que pouco deixaram de materiais escritos, muitos pesquisadores se tornam mais memorialistas do que historiadores. Este viés, que substitui a História pela memória, representa certamente um afastamento claro das perspectivas analíticas da História Social do Trabalho de que a construção de uma história científica parte da ruptura com a visão aparente que temos sobre a realidade e assim devemos estar atentos e revisar nosso uso deste tipo de fonte para não aumentar inadvertidamente um desvio que hoje é tão frequente.

4- A “sazonalidade” no uso das fontes para a história social do trabalho

Outro ponto que merece ser repensado é o que, em falta de melhor nome, vou chamar de “sazonalidade” das fontes. Ou seja, se observamos ao

¹¹ JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória? *Revista Escritos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Ruy Barbosa, n. 1, Ano 1, 2007.

¹² HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. IN: *Sobre História*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1998.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

longo dos anos em que a pesquisa histórica vem se dedicando a este tema, parece que em certos momentos um tipo de fonte passa a ser o alvo preferencial dos pesquisadores da História Social do Trabalho. O fato de que haja uma fonte preferencial se explica e justifica facilmente, mas o que quero repensar é se não há uma espécie de abandono de outras fontes que poderiam e deveriam ser novamente exploradas.

Acho que caberia examinar porque isso acontece. É claro que um determinado tipo de fonte é sempre o mais promissor em função do tema e dos interrogantes de uma investigação, mas será que alguma fonte perde sua importância mesmo depois de ter sido usada exaustivamente pelos historiadores? A impressão que tenho é que determinado tipo de fonte presta seus serviços durante um certo tempo, experimenta uma espécie de “boom” e depois seu interesse diminui para os pesquisadores.

No caso da História do Trabalho, mesmo se traçarmos esse percurso de modo muito simplificado, podemos identificar um momento inicial em que ela correspondia à história dos militantes e era produzida pelos diferentes líderes político-partidários que escreviam suas memórias, que por sua vez serviram de fonte para pesquisas posteriores.

A partir principalmente do surgimento dos cursos de pós-graduação, das conjunturas políticas que davam visibilidade aos trabalhadores e da influência dos autores marxistas britânicos, colocou-se inicialmente para os pesquisadores a questão -falsa- de que as fontes eram escassas, dispersas e precisavam ser descobertas, organizadas e preservadas para darem sustentação às pesquisas. Então começam a se constituir acervos documentais, especialmente da imprensa periódica dos trabalhadores, sendo que esta foi surpreendendo os pesquisadores que nem imaginavam sua vasta distribuição pelo território brasileiro e a quantidade de títulos que eram publicados. Acho que não me engano em dizer que esta fonte exerceu enorme sedução nos pesquisadores -e eu me enquadro entre eles- que literalmente “varreram” as páginas destes periódicos a partir de inúmeras

abordagens, das quais resultaram estudos inicialmente mais genéricos, que por assim dizer sentaram bases iniciais que a produção posterior foi afinando. O jornal é uma fonte insubstituível para acompanhar, quase no dia-a-dia, a história de greves, associações, o desenvolvimento de polêmicas entre as tendências organizativas etc., pois a continuidade de informações que alguns temas exigem é difícil encontrar em outras fontes, descontinuadas e dispersas, como por exemplo as atas de uma associação, estas frequentemente invadidas pela polícia, ou processos judiciais às vezes com informações apenas pontuais sobre um determinado assunto, cujo sentido exigiria seu acompanhamento no longo ou médio prazo. Enfim, uma coleção de jornais era uma verdadeira “mina de ouro” e muitas dissertações e teses foram produzidas às vezes quase exclusivamente com base nessa fonte.

Mas a seguir este entusiasmo hemerográfico foi cedendo lugar às fontes orais e ao repertório memorialístico, respondendo em geral a preocupações de ordem biográfica ou dos temas sobre a vida cotidiana, a vida fora da fábrica, etc., que mostraram um outro ângulo para os pesquisadores.

Mais recentemente se instaurou a “era” da legislação, dos processos judiciais, especialmente os trabalhistas, que vem sendo objeto não só de pesquisa, como de “ações de salvamento” diante da iminência da destruição de coleções inteiras destes processos. Sem que haja contradição com o que observei antes, este repertório de fontes também tem aberto para os pesquisadores tanto uma nova compreensão, por exemplo, da legislação trabalhista no pós-1930, como das leis, ações de liberdade, etc. que se referem aos trabalhadores escravos e no pós-emancipação.

O que desejo colocar aqui é que muitas fontes que em um dado momento aparentemente foram exauridas em seus conteúdos, estão à espera que novas questões lhes sejam propostas, pois as fontes só respondem quando se formulam perguntas a elas. Ou seja, a leitura do que elas revelam

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

empiricamente não esgota seu conteúdo e devemos romper com esta aparência para descobrir o discurso encoberto. Há perguntas das quais resultam mera coleta de dados descritivos e outras que podem romper criticamente o silêncio as fontes.

Um tipo determinado de fontes não deve ser simplesmente abandonado porque novas fontes se colocam na ordem do dia da pesquisa. Este é o caso da imprensa dos trabalhadores, que mesmo deixando de ser priorizada como fonte pelos pesquisadores, na atualidade é novamente fundamental -agora resgatando, por exemplo, a imprensa de intelectuais ou trabalhadores negros- para entender as questões da escravidão e do pós-emancipação através de seus próprios sujeitos.

Mas não considero encerrada esta questão que chamei da “sazonalidade”, pois apesar dessas observações, ainda me parece que diferentes tipos de fontes são de certa forma subaproveitados diante da emergência de um novo veio na “mina de ouro”...

5- A necessidade da produção de trabalhos de avaliação do estado da arte, de instrumentos de referência e de bibliografias comentadas sobre a história social do trabalho.

Este é outro tema que merece ser repensado. O volume alentado de livros, artigos e comunicações sobre a temática da História Social do Trabalho no Brasil, para não falar no que existe no exterior, está a exigir a elaboração de instrumentos de referência que possam facilitar a tarefa de pesquisadores que desejem se informar desta produção sobre um determinado tema, local, conteúdo, etc.

Em minha opinião, este seria um dos recursos para que a produção, que hoje se multiplica nos diferentes estados brasileiros também impulsionada pelas exigências das agências de fomento, possa ser melhor conhecida por meio da elaboração de um quadro nacional a partir de

pesquisas estaduais e locais. Isto evitaria também que a especialização do tema fragmente de forma inexorável este conhecimento social. Talvez a organização destes instrumentos de referência, pudesse ser coordenada pelos Grupos de Pesquisa estaduais sobre os “Mundos do Trabalho” que estabeleceriam alguns critérios para uniformizar os dados, que seriam então divulgados *online* e, na medida do possível, periodicamente atualizados. Já existem muitos trabalhos nesse sentido e são de grande utilidade para os pesquisadores, que de outra forma não teriam informação de muito do que vem sendo publicado. Mas resultam de iniciativas que obedecem a diferentes critérios classificatórios, discursivos, cronológicos, temáticos, etc.,¹³ ou a bases de dados como o *Scielo* e outros, mas que não dão conta de

¹³ Algumas obras de referência: ARQUIVO EDGAR LEUNROTH. Campinas, IFCH da UNICAMP. Bibliografia para pesquisa sobre anarquismo e anarquistas. *Cadernos AEL*. Anarquismo e anarquistas. 8/9: 193-265. 1998. -ARQUIVO EDGAR LEUNROTH. Campinas, IFCH da UNICAMP. *Cadernos AEL*. Comunistas e comunismo (2).1995. -BARBOSA, Renata Correa Tavares. *Desvios do olhar: A escravidão na historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: 2001. Dissertação de Mestrado da PUC-RJ. 139 p. -BATALHA, Cláudio Henrique. Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. IN: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. -BRANT, Vinicius Caldeira. Bibliographie commentée: Ouvriers et syndicats du Brésil. *Sociologie du Travail*. Paris, 9 (3):352-361. 1967. -CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos **no** imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos do AEL*. Campinas, Unicamp, v.14, n.26, 1º semestre de 2009. -CHALHOUB, Sidney e FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. *Perseu*. São Paulo, 4 (3): 219-228. dezembro 2009. -DUTRA, Eliana de e GROSSI, Yonne de Souza. Historiografia e movimento operário: o novo em questão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG (65) 1987. -FRENCH, John e FORTES, Alexandre. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. The Latin American Institute/ The University of New México, 1998. -KHOURY, Yara Aun. Perfil de arquivos e centros de documentação de e sobre trabalhadores e movimentos sociais no Brasil. IN; NAJERA, Aurélio e FERNANDEZ, Agustin. *Reunión Iberoamericana para la recuperación y conservación de archivos y documentación de los trabajadores y los movimientos sociales*. Buenos Aires, 1992. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1992. -LARA, Silvia H. Escravidão No Brasil: Um balanço historiográfico. *LPH-Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992. -LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. São Paulo (16): 25-38, fev. 1998. -LINDEN, Marcel van den. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, 1(1) janeiro-junho de 2009. -LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. -LONER, Beatriz A. A história operária no Rio Grande do Sul. *História*. São Leopoldo, UNISINOS. Número Especial. Anais do V Encontro Estadual de História, 2001. -LUPION, Marcia Regina Oliveira. A gênese da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil e os paradigmas da “transição” e da “substituição”. www.revistatemalivre.com; -MARTINS, Ismênia de Lima. Anotações sobre a história do trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de História*. ANPUH. S. Paulo, v.15. Nº 30, 1995. p. 91-100. -MATTOS, Marcelo Badaró. *Perspectivas e dilemas da*

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

indexar estes textos específicos, às vezes publicados em periódicos pouco

produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e estado no Brasil. *Tempos Históricos*. M. C. Rondon, v. 5-6, p. 11-34. 2004-2005. -MENDES, René, Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte 1(2): 87-118. Out.-dez. 2003. -NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho. *Tempo Social*. São Paulo, USP. 18(1). Junho 2006. -PAOLI, M. Célia, SADER, Eder e TELLES Vera Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de pesquisa). *Revista Brasileira de História*, ANPUH, V. 3, n° 6, setembro de 1983. -PAOLI, M. Célia. Sobre as classes populares no pensamento sociológico. IN: CARDOSO, Ruth (org.), *A aventura antropológica*. S. Paulo, Paz e Terra, 1986. p. 39-67. -PAOLI, M. Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. IN: LOPES, J. Sérgio. *Cultura e identidade operária*. S. Paulo, Marco Zero, 1987. v. 1, p. 53-102. -PEDROZA, Manoela. O debate na historiografia marxista brasileira sobre os trabalhadores rurais no século XX. *Tempos Históricos*. Mal. Candido Rondon, UNIOESTE, V. 7, n° 1. 2005. -PESSANHA, Elina G. da Fonte e GOMES, Sandra Lucia Rebel. Guia de centros de documentação, formação e assessoria ao movimento operário e sindical. Situação em abril de 1992. IN: NAJERA, Aurélio e FERNANDEZ, Agustín. *Reunión Iberoamericana para la recuperación y conservación de archivos y documentación de los trabajadores y los movimientos sociales*. Buenos Aires, 1992. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1992. -PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. O movimento operário brasileiro: bibliografia (Livros, artigos, revistas, folhetos). *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, (8):175-217 (1979-1980). -PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. O movimento operário brasileiro: bibliografia (II) (Livros, artigos, revistas, folhetos). *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, (8):175-199. 1981. -PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Comentários sobre a conferência “História operária no Rio Grande do Sul”, proferida pela Profa. Beatriz Ana Loner. *História*. São Leopoldo, UNISINOS. Número Especial. Anais do V Encontro Estadual de História, 2001. -PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-S.Paulo. *Cadernos do AEL*. Campinas, Unicamp, v.14, n.26, 1º semestre de 2009.- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz . A presença da História Social do Trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. Mesa Redonda. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* , ANPUH, São Paulo, julho de 2011. -HALL, Michael. Avaliação de aspectos da historiografia do trabalho nos últimos 30 anos.. Mesa Redonda. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* , ANPUH, São Paulo, julho de 2011. -MAMIGONIAN, Beatriz. Trabalhadores de origem africana e a história social do trabalho nos últimos 50 anos. Mesa Redonda. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* , ANPUH, São Paulo, julho de 2011. -QUEIROZ, Sueli Robles de. Escravidão negra em debate. IN: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. -RODRIGUES, José Albertino. Bibliografia anotada. IN: *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Símbolo, 1979. p. 199-223. -RODRIGUES, Leôncio Martins e MUNHOZ, Fabio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo, Estudos CEBRAP (7), 1974. -SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 14 (41) out.1999. -SCHMIDT, Benito Bisso. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Anos 90*. Porto Alegre, UFRGS, (8) dez. 1997. -SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. IN: *Escravidão, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. -SILVA, Fernando Teixeira da. O historiador e os processos trabalhistas no Brasil. IN: Tribunal Regional do Trabalho de 15ª Região (Org.). *II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. S. Paulo, L TR, 2008. [balanço da produção historiográfica sobre o tema] -XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Guia Bibliográfico. P. Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

conhecidos ou obras produzidas em décadas muito anteriores. Assim considero que este é um dos temas que merecem ser repensados para o desenvolvimento da História Social do Trabalho, talvez tomando por base inicial os textos já existentes, cujas informações seriam simplificadas de acordo com critérios básicos mais práticos e uniformes, constituindo assim um indicador amplo de referências para as pesquisas.

6- A história social do trabalho e o ensino médio¹⁴

Vou concluir meu texto abordando este tema que me parece deve ser também repensado.

Não é preciso argumentar que História Social -e a História Social do Trabalho particularmente- trouxe enormes possibilidades não só quanto à ampliação das temáticas para a investigação histórica como em relação às abordagens que orientam estas investigações.

Pensemos aqui no ensino fundamental e médio e naquela que provavelmente é a temática mais representativa da História Social – “a história vista de baixo”-, que foi sendo simplificada pelos “usuários” para uma “história das pessoas comuns e de sua vida cotidiana”. Como o trabalho é também associado à vida cotidiana das pessoas comuns, temos aí um terreno fértil para a presença de uma História Social do Trabalho nos conteúdos do ensino fundamental e médio. Por outro lado, este tema estabelece uma familiaridade muito fácil do aluno com suas experiências. Ele é uma espécie de espaço onde se dá o nosso reconhecimento como sujeitos sociais numa história em que aparentemente figuramos como espectadores. A introdução de uma “história das pessoas comuns e de sua vida cotidiana” no ensino da História é uma forma do professor demonstrar a desejada relação com as experiências dos alunos, boa parte dos quais, especialmente nas escolas públicas, são “pessoas comuns”. Ou seja, é

¹⁴ Sobre este tema, ver: REIS, Carlos Eduardo. *História Social e ensino*. Chapecó, Argos, 2001.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

proporcionar um ensino próximo da realidade de seus estudantes e que valorize suas experiências cotidianas. Há muita sedução naquilo onde nos reconhecemos.

O entusiasmo pedagógico e a prática docente referentes a esse tema decorre também de seu caráter de *oposição*: volta-se para a vida real mais do que para abstrações, mais para a gente comum do que para as elites privilegiadas, mais para as coisas do dia a dia do que para os eventos sensacionais, mais para os sujeitos que para as estruturas, mais para a totalidade que para os fragmentos.

E a História Social do Trabalho guarda também uma *dimensão subversiva*, ao demonstrar que ““os membros das classes inferiores foram agentes cujas ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que eles viviam [...], que aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas [...] temos um passado, viemos de algum lugar.””¹⁵

Tenho a impressão, no entanto -e um certo temor- que as perspectivas analíticas proporcionadas pela História Social do Trabalho, quando se examina seu impacto no ensino fundamental e médio, parecem se acantonar em uns poucos temas e se limitam a iniciativas isoladas de professores que buscam alternativas para proporcionar um ensino mais próximo da realidade dos alunos. Mesmo nesses casos, tende a sofrer simplificações que desfiguram sua eventual contribuição.

Vejamos do que se trata: Como observei, é fácil que, nessa intenção, se estabeleça uma familiaridade muito próxima com o objeto de estudo, um desejo de empatia, um olhar afiado para o detalhe e o exemplo. O que estou querendo observar com isso é o perigo que o objeto sofra uma certa trivialização por exclusão do político, econômico, enfim, das referências a partir das quais estas atividades devem ser investigadas, não percebendo que o cotidiano não é apenas o lugar do conformismo do dia-a-dia, mas é um campo de lutas. No mesmo sentido de simplificação, o tipo “popular” até

¹⁵ SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. IN: BURKE, Peter (org.). S. Paulo, UNESP, 1992. p. 60; 62.

então esquecido, passa a ser celebrado como um herói, mas um herói que assume lugar dos grandes vultos da história tradicional, apenas invertendo o personagem. O trabalho, nesse quadro simplificador, também facilmente se transforma em “ocupações e profissões”, em geral despojado das relações de exploração que o constituem não como libertação, mas como escravidão... Ocorre que estas pessoas comuns experimentam relações de classe, relações de exploração e subordinação, de luta e acomodação: são, pois, atores coletivos significativos para a totalidade do desenvolvimento histórico. Ou seja e resumindo: apesar dos serviços que a História Social do Trabalho pode prestar ao ensino fundamental e médio, se os professores não perceberem a necessidade de romper com a descrição dos aspectos evidentes do acontecer histórico, com a simplificação da visão empírica, serão enganados pelo “saber imediato”, que se é confortável pela familiaridade que nos oferece, é insuficiente para submeter a matéria histórica a uma interrogação que ultrapasse seus aspectos externos, visíveis, e coloque a descoberto elementos intrínsecos mais significativos, as regularidades imprescindíveis para entender o que é dado na percepção direto. E este movimento, para o qual é indispensável o serviço da teoria é que constitui o conhecimento histórico concreto.

Mas os programas e livros didáticos em grande parte refletem a historiografia tradicional. Por isto valeria a pena fazer uma análise dos livros didáticos disponíveis para ver se neles a História Social e mais especificamente a História Social do Trabalho tem contribuído nesse sentido de ultrapassar as versões mais tradicionais de História.

Assim, acho que outro âmbito em que devemos repensar a História Social do Trabalho é o das suas contribuições para o ensino, que aparentemente estão desaproveitadas no sentido de proporcionar outra compreensão da História aos estudantes.

Concluindo este texto e apesar de seu caráter tão abreviado, espero ter conseguido oferecer ao leitor algumas reflexões sobre a História Social

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

do Trabalho que justifiquem a necessidade de que ela -como aliás qualquer campo da História- seja constantemente repensada, não só para perceber certos desvios que vão se naturalizando na prática da pesquisa e do ensino, como para descobrir novas questões que não lhe tinham sido colocadas.

Recebido em 25.06.2016
Aprovado em 01.07.2016